

Refuá Participações S.A.

CNPJ/MF nº 30.638.051/0001-04

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais mil)

	Controladora						Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023		
	(Reapresentado)*			(Reapresentado)*					
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.687	5	68	16.025	12.136	32.125		
Contas a receber	8	–	–	–	53.520	57.313	40.825		
Estoques	9	–	–	–	4.534	4.654	5.134		
Adiantamentos		–	–	–	4.646	2.000	476		
Partes relacionadas	23e	40.000	–	–	40.000	–	–		
Tributos a recuperar	10	–	–	–	4.144	5.668	3.943		
Outros valores a receber		28	25	22	2.271	5.580	1.241		
Total do circulante		42.715	30	90	125.140	87.351	83.744		
Não circulante									
Realizável a longo prazo		–	–	–	–	–	–		
Tributos diferidos	24	597	597	597	10.957	10.956	10.956		
Depósitos judiciais	19	–	–	–	6.618	5.833	4.031		
Ativo indenizatório	20a	–	–	–	10.437	14.194	16.201		
Partes relacionadas	23e	5.600	942	392	–	–	–		
Outros créditos		–	–	–	2.625	–	–		
		6.197	1.539	989	30.637	30.983	31.188		
Investimentos	11	269.376	282.266	273.952	–	–	–		
Imobilizado	12	–	–	–	55.943	56.985	65.253		
Direito de uso	13	–	–	–	39.069	51.422	38.638		
Intangível	14	–	–	–	411.162	424.631	430.632		
		269.376	282.266	273.952	506.174	533.038	534.523		
Total do não circulante		275.573	283.805	274.941	536.811	564.021	565.711		
Total do ativo		318.288	283.835	275.031	661.951	651.372	649.455		

Controladora				Consolidado			
Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
(Reapresentado)*			(Reapresentado)*				
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		19	2	–	25.755	26.153	20.925
Obrigações trabalhistas e sociais	15	–	–	–	15.064	12.597	14.704
Empréstimo e financiamentos	16	–	–	–	91.503	114.914	150.465
Passivo de arrendamentos	13	–	–	–	13.811	12.514	11.937
Tributos a recolher	17	2	–	–	3.669	4.718	4.586
Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	–	–	–	1.237	568	612
Parcelamentos de tributos	18	–	–	–	2.386	1.796	2.466
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	20	–	–	–	–	1.383	43.981
Outras contas a pagar		4	2	2	9.500	6.887	2.686
Total do circulante		25	4	2	162.925	181.530	252.362
Não circulante							
Empréstimo e financiamentos	16	–	–	–	172.908	119.297	61.841
Passivo de arrendamentos	13	–	–	–	34.939	49.060	38.041
Parcelamentos de tributos	18	–	–	–	6.667	2.690	4.405
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	19	–	–	–	15.169	16.448	20.395
Partes relacionadas	23e	48.927	1.498	819	–	–	–
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	20	–	–	–	–	–	1.222
Ações preferenciais conversíveis	22g	72.697	72.697	–	72.697	72.697	–
Opções de ações	21	2.134	2.487	6.536	2.134	2.487	6.536
Outras contas a pagar		–	–	–	7	14	70
Total do não circulante		123.758	76.682	7.355	304.521	262.693	132.510
Patrimônio líquido							
Capital social	22a	304.591	244.591	244.591	304.591	244.591	244.591
Reserva de lucros		845	845	845	845	845	845
Reserva de capital		97.047	97.047	97.047	97.047	97.047	97.047
Ajuste de avaliação patrimonial		19.670	19.670	19.670	19.670	19.670	19.670
Prejuízos acumulados		(227.648)	(155.004)	(94.479)	(227.648)	(155.004)	(94.479)
Total do patrimônio líquido dos acionistas		194.505	207.149	267.674	194.505	207.149	267.674
Participação dos acionistas não controla-							
dores		–	–	–	–	–	–
Total do patrimônio líquido		194.505	207.149	267.674	194.505	207.149	264.583
Total do passivo e patrimônio líquido		318.288	283.835	275.031	661.951	651.372	649.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais mil)

	Controladora				Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
	(Reapresentado)*			(Reapresentado)*			
Resultado do exercício							
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(72.644)	(60.525)	–	(72.644)	(60.846)	–	
Outros resultados abrangentes							
Resultado abrangente total	(72.644)	(60.525)	–	(72.644)	(60.846)	–	
Resultado abrangente atribuído a:							
Acionista controlador	–	–	–	–	–	(60.525)	
Participações não controladores	–	–	–	–	–	(321)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais mil)

	Nota	Reserva de lucros		Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		31/12/2024	31/12/2023			
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Original)		244.591	97.047	274.210	(3.091)	271.119
Ajustes – não auditado		–	–	–	–	–
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Reapresentado* – não auditado)		244.591	97.047	274.210	(3.091)	271.119
Resultado do exercício – não auditado		–	–	–	–	–
Outras transações		–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado* – não auditado)		244.591	97.047	274.210	(3.091)	271.119
Resultado do exercício		–	–	–	–	–
Aumento de capital	22a	60.000	–	60.000	–	60.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024		304.591	97.047	334.210	(3.091)	331.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em Reais mil)

1. Contexto operacional – A Refuá Participações S.A. ("Companhia" ou "Refuá" ou "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, na cidade de São Paulo-SP. A Companhia foi constituída em 6 de junho de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, civis e comerciais, como sócia ou acionista, no Brasil e no exterior. A Companhia investe em entidades que possuem como principais atividades operacionais a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos e imagens. Conforme demonstrado nas demonstrações financeiras consolidadas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 37.785 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 94.179 em 2023), principalmente em virtude de valores a pagar referentes a empréstimos e debêntures no montante de R\$ 91.503 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 114.914 em 2023). A Companhia conta com o compromisso de aporte pelo seu controlador para liquidar as obrigações de curto prazo. Ademais, a Administração tem rolado suas dívidas, melhorando suas condições de prazo e taxa.

2. Resumo das participações societárias da Companhia

	31/12/2024		31/12/2023	
	% Participação	Período consolidado	% Participação	Período consolidado
Controladas diretas				
Cura Grupo				
Cura Centro de Ultrassonografia e Radiologia. ("Cura")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Mérya Participações S.A. ("Mérya")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Controladas indiretas				
Grupo Mérya e Média (nota 3a)				
Mérya Participações S.A. ("Mérya")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Média Diagnóstico Ltda. ("Média")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Serviço de Radiologia DMI Curitiba Ltda. ("DMI")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Takeda & Fernandes Ltda. ("Takeda")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Ultramed – Unidade de Ultrassonografia Londrina Ltda. ("Ultramed")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Sonitex – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. ("Sonitex")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
CDIPSUL – Clínica de Diagnóstico por Imagem do Sul Ltda. ("Cdipl")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Radiodiagnóstico São José Ltda. ("Radio SJ")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Clínica Hospitalar de Imagem São José Ltda. ("Clínica SJ")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda. ("SRC") (*)	0%	Exercício de 2024	0%	Exercício de 2023
Ultramed Unidade Bela Suíça Ltda. ("Bela Suíça")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
DMI – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. ("DMI São José")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Labimagem Serviços de Radiodiagnóstico Ltda. ("Labimagem")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Labmed Laboratório Médico de Londrina Ltda. ("Labmed")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
C.M.D. – Centro Médico de Diagnóstico Ltda. ("CMD")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Unidade de Medicina Nuclear de Londrina Ltda. ("UMNN")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
Masto Centro Centro de Diagnóstico de Doenças da Mama Ltda. ("Masto")				
Denso Unidade de Densitometria Ltda. ("Denso")	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023
(*) Em 30 de outubro de 2023, a Mérya alienou a controlada, deixando a SRC de fazer parte do Cura Grupo (Nota 3 (a))	100%	Exercício de 2024	100%	Exercício de 2023

3. Alterações societárias no exercício corrente e comparativo – a) Alienação SRC: Conforme previsto no contrato de aquisição da SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda. datado de 05 de junho de 2017, a acionista detentora dos 20% do capital social da SRC, exerceu em 03 de outubro de 2023, a opção de venda das ações da referida empresa. Com o exercício da opção de venda, a controlada Mérya Participações S.A. adquiriu os 20% remanescentes do capital da SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda., pelo montante total de R\$ 20, passando a ser detentora de 100% do capital da investida. Em 30 de outubro de 2023 a controlada Mérya Participações S.A. alienou 100% das quotas do capital da SRC– Serviço de Radiologia Clínica Ltda., pelo valor total de R\$ 4.000.

4. Base de preparação – 4.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 07 de agosto de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 5 e nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 4.4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos e incertezas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 8 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média de perda; Nota explicativa nº 8 e 25 – reconhecimento e mensuração das deduções da receita por glosas: principais premissas na determinação da taxa média de perda; Nota Explicativa nº 12 e 14 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, ágio e imobilizado por expectativa de rentabilidade futura; Nota Explicativa nº 19 – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Nota Explicativa nº 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia e suas controladas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros.

5. Principais políticas contábeis materiais – A Companhia aplicou as principais políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. 5.1. Base de

continua >

... continuação

consolidação: (i) Controladas diretas e indiretas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro das participações societárias na nota explicativa nº 2. **(ii) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: (a) Eliminação dos ganhos ou perdas registradas por equivalência patrimonial das controladas; (b) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; (c) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas; (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas de operações realizadas entre as Companhias. (e) Apresentação no patrimônio líquido e nas demonstrações de resultado dos saldos atribuídos aos acionistas não controladores. **(iii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(iv) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. **5.2. Receita operacional:** As controladas da Companhia adotaram inicialmente a NBC TG 47/o CPC 47 em 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na Nota Explicativa nº 25. As receitas de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **5.3. Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o princípio contábil da competência. **5.4. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem, basicamente, receita de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos sobre o montante do principal em aberto. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos bancários, financiamentos e debêntures, juros sobre passivos de arrendamento e juros sobre compromissos a pagar por aquisições de Companhia. Também integram esse saldo as variações cambiais passivas, despesas bancárias e juros sobre parcelamento de impostos. **5.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto de renda e a contribuição social das Companhias com tributação pelo lucro presumido são calculados à aplicação do percentual de 32% para imposto de renda e contribuição social sobre a receita de serviços. Sobre a base de cálculo, os impostos foram calculados por meio da aplicação de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A tabela abaixo demonstra a forma de tributação por Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Refuá	Lucro Real	Lucro Real
Cura	Lucro Real	Lucro Real
Mérya	Lucro Real	Lucro Real
Medvia	Lucro Presumido	Lucro Presumido
DML	Lucro Real	Lucro Real
Takeda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Ultramed	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Sonitec	Lucro Real	Lucro Real
Cdip	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Radio SJ	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Clínica S.J	Lucro Presumido	Lucro Presumido
SRC	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Ultramed Bela Suíça	Lucro Presumido	Lucro Presumido
DML São José	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Labimagem	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Labmed	Lucro Presumido	Lucro Presumido
CMD	Lucro Presumido	Lucro Presumido
UMIN	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Masto	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Denso	Lucro Presumido	Lucro Presumido

a. Despesas sobre imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa sobre imposto corrente refere-se a imposto a pagar ou compensar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas informadas pelo Fisco. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como receita ou despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **5.6. Estoques:** Correspondem aos itens de materiais, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados nos atendimentos laboratoriais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **5.7. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Quaisquer ganho ou perda na alienação de um ativo são reconhecidos no resultado. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia e suas controladas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes, por quantidade de anos:

Anos
10
Benefitorias em imóveis de terceiros
4
Máquinas e equipamentos
10
Móveis e utensílios
10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **5.8. Ativos intangíveis: (i) Ágio:** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Anos
5
Carteira de clientes
12 a 14
Marcas
30
Clausula de não competição
3 a 5

5.9. Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Dessa forma, a Companhia e suas controladas mantêm os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, não apresentando a compensação com uma respectiva provisão para ação avaliada com risco de perda provável registrada no passivo não circulante. **5.10. Instrumentos financeiros:**

a. Reconhecimento e mensuração inicial: A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b. Classificação e mensuração subsequente:** (i) *Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. (ii) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iv) *Instrumentos financeiros derivativos:* Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza. **5.11. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos

Refuá Participações S.A.

ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **5.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou não formalizada que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a potencial obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.13. Arrendamentos e direito de uso:** A Companhia aplica o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis onde estão alocados os laboratórios. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **5.14. Reapresentação de cifras comparativas em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 1º de janeiro e de 31 de dezembro de 2023, estão sendo retificadas para refletir o ajuste de opções de ações. Considerando os termos e condições contemplados nos contratos de outorga, baseado no CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, a correta classificação do saldo deve ser passivo e não patrimônio líquido, uma vez que os contratos podem ser liquidados via caixa. Em função desta mudança, a Companhia está efetuando os seguintes ajustes e reclassificações referentes aos exercícios de 1º de janeiro e de 31 de dezembro de 2023, de acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1) e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. a) Balanço Patrimonial

	Controladora 31/12/2023			Controladora 01/01/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado (não auditado)	Original	Ajuste	Reapresentado (não auditado)
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	2	–	2	–	–	–
Outras contas a pagar	2	–	2	2	–	2
Total do circulante	4	–	4	2	–	2
Não circulante						
Partes relacionadas	1.498	–	1.498	819	–	819
Ações preferenciais conversíveis	72.697	–	72.697	–	–	–
Opções de ações	–	2.487	2.487	–	6.536	6.536
Total do não circulante	74.195	2.487	76.682	819	6.536	7.355
Patrimônio líquido						
Capital social	244.591	–	244.591	244.591	–	244.591
Reserva de lucros	15.565	(14.720)	845	12.309	(11.464)	845
Reserva de capital	97.047	–	97.047	97.047	–	97.047
Ajuste de avaliação patrimonial	19.670	–	19.670	19.670	–	19.670
Prejuízos acumulados	(167.237)	12.233	(155.004)	(99.407)	4.928	(94.479)
Total do patrimônio líquido dos acionistas	209.636	(2.487)	207.149	274.210	(6.536)	267.674
Total do patrimônio líquido	209.636	(2.487)	207.149	274.210	(6.536)	267.674
Total do passivo e patrimônio líquido	283.835	–	283.835	275.031	–	275.031
	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2023		

	Controladora 31/12/2023			Controladora 31/12/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado (não auditado)	Original	Ajuste	Reapresentado (não auditado)
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	26.153	–	26.153	20.925	–	20.925
Obrigações trabalhistas e sociais	12.597	–	12.597	14.704	–	14.704
Empréstimo e financiamentos	114.914	–	114.914	150.465	–	150.465
Passivo de arrendamentos	12.514	–	12.514	11.937	–	11.937
Tributos a recolher	4.718	–	4.718	4.586	–	4.586
Imposto de renda e contribuição social a recolher	568	–	568	612	–	612
Parcelamentos de tributos	1.796	–	1.796	2.466	–	2.466
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	1.383	–	1.383	43.981	–	43.981
Outras contas a pagar	6.887	–	6.887	2.686	–	2.686
Total do circulante	181.530	–	181.530	252.362	–	252.362
Não circulante						
Empréstimo e financiamentos	119.297	–	119.297	61.841	–	61.841
Passivo de arrendamentos	49.060	–	49.060	38.041	–	38.041
Parcelamentos de tributos	2.690	–	2.690	4.405	–	4.405
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	16.448	–	16.448	20.395	–	20.395
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	–
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	–	–	–	1.222	–	1.222
Ações preferenciais conversíveis	72.697	–	72.697	–	–	–
Opções de ações	–	2.487	2.487	–	6.536	6.536
Outras contas a pagar	14	–	14	70	–	70
Total do não circulante	260.206	2.487	262.693	125.974	6.536	132.510
Patrimônio líquido						
Capital social	244.591	–	244.591	244.591	–	244.591
Reserva de lucros	15.565	(14.720)	845	12.309	(11.464)	845
Reserva de capital	97.047	–	97.047	97.047	–	97.047
Ajuste de avaliação patrimonial	19.670	–	19.670	19.670	–	19.670
Prejuízos acumulados	(167.237)	12.233	(155.004)	(99.407)	4.928	(94.479)
Total do patrimônio líquido dos acionistas	209.636	(2.487)	207.149	274.210	(6.536)	267.674
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(3.091)	–	(3.091)
Total do patrimônio líquido	209.636	(2.487)	207.149	271.119	(6.536)	264.583
Total do passivo e patrimônio líquido	651.372	–	651.372	649.455	–	649.455

b) Demonstrações de resultados

	Controladora 31/12/2023			Controladora 31/12/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado (não auditado)	Original	Ajuste	Reapresentado (não auditado)
Receita líquida	–	–	–	306.082	–	306.082
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(236.823)	–	(236.823)
Lucro bruto	–	–	–	69.259	–	69.259
Outras (despesas) receitas operacionais						
Despesas comerciais	–	–	–	(4.572)	–	(4.572)
Despesas gerais e administrativas	(1.922)	–	(1.922)	(66.663)	–	(66.663)
Opções de ações	(3.256)	7.305	4.049	(3.256)	7.305	4.049
Resultado de equivalência patrimonial	(62.652)	–	(62.652)	–	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–	–	(919)	–	(919)
Outras receitas/(despesas) operacionais	–	–	–	(7.739)	–	(7.739)
	(67.830)	7.305	(60.525)	(83.149)	7.305	(75.844)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos	(67.830)	7.305	(60.525)	(13.890)	7.305	(6.585)
Receita financeira	–	–	–	977	–	977
Despesa financeira	–	–	–	(48.679)	–	(48.679)
Resultado financeiro, líquido	–	–	–	(47.702)	–	(47.702)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(67.830)	7.305	(60.525)	(61.592)	7.305	(54.287)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	–	–	–	(6.559)	–	(6.559)
Resultado do exercício	(67.830)	7.305	(60.525)	(68.151)	7.305	(60.846)
Resultado líquido atribuído a:						
Participação do acionista controlador	–	–	–	(67.830)	7.305	(60.525)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(321)	–	(321)
c) Demonstrações de resultados abrangentes						
				31/12/2023		
				Controladora		Consolidado
Resultado abrangente total (Original)				(67.830)		(68.151)
Ajuste				7.305		7.305
Resultado abrangente total (Reapresentado – não auditado)				(60.525)		(60.846)
Resultado abrangente atribuível a:						
Acionista controlador						(60.525)
Participações não controladoras						(321)
d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						

Resultado abrangente total (Original)							Controladora	Consolidado	
Ajuste							(67.830)	(68.151)	
Resultado abrangente total (Reapresentado – não auditado)							7.305	7.305	
							(60.525)	(60.846)	
Resultado abrangente atribuível a:									
Acionista controlador								(60.525)	
Participações não controladoras								(321)	
d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
	Controladora						Consolidado		
	Reserva de lucros								
	Capital social	Reserva de Capital	Transação de capital com sócios	Opções de Ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Original)	244.591	97.047	845	11.464	19.670	(99.407)	274.210	(3.091)	271.119
Ajustes	–	–	–	(11.464)	–	4.928	(6.536)	–	(6.536)
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Reapresentado – não auditado)	244.591	97.047	845	–	19.670	(94.479)	267.674	(3.091)	264.583
	Controladora						Consolidado		
	Reserva de lucros								
	Capital social	Reserva de Capital	Transação de capital com sócios	Opções de Ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Original)	244.591	97.047	845	14.720	19.670	(167.237)	209.636	–	209.636
Ajustes	–	–	–	(14.720)	–	12.233	(2.487)	–	(2.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado – não auditado)	244.591	97.047	845	–	19.670	(155.004)	207.149	–	207.149
							continua ...		

Continuação

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Reapresentado		Reapresentado	
Original	Ajuste	Original	Ajuste
(não auditado)		(não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social			
(67.830)	7.305	(60.525)	(61.592)
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	1.732	1.732	38.287
Opções de ações	3.256	(7.305)	3.256
Juros sobre passivos de arrendamento	–	–	4.791
Juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	–	–	36.042
Atualização monetária dos compromissos a pagar	–	–	2.515
Constituição de perda estimada para glosas	–	–	3.453
Provisões para riscos civis e trabalhistas	–	–	254
Provisões para perdas de créditos esperadas	–	–	700
Baixa residual de ativo imobilizado e intangível	–	–	1.101
Resultado de equivalência patrimonial	62.652	–	–
Earn out	–	–	7.667
Outros	–	–	175
(Prejuízo) Lucro ajustado	(190)	–	36.649
Variações nos ativos e passivos operacionais			
(Aumento) redução das contas do ativo			
Contas a receber	–	–	(20.641)
Estoques	–	–	447
Adiantamentos	–	–	(1.524)
Tributos a recuperar	–	–	(1.725)
Depósitos judiciais	–	–	(1.886)
Outros créditos	(4)	–	(2.332)
Aumento (redução) das contas do passivo			
Fornecedores	2	–	5.228

6. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas. Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. A. CPC 26 (R1): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu um novo padrão equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. • Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". B. Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Caixas e bancos	2.687	5	9.135
Aplicações financeiras	–	–	6.890
	2.687	5	16.025

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa com liquidez imediata, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento médio de 100% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

8. Contas a receber – consolidado

31/12/2024		31/12/2023	
Convênios	87.481	72.917	
Particulares – cartão de crédito	7.483	4.745	
Outros	427	185	
	95.391	77.847	
Provisões para perdas de créditos esperadas	(22.545)	(15.011)	
Perda estimada para glosas de convênios	(19.326)	(5.523)	
Total contas a receber, líquido	53.520	57.313	

Provisões para perdas de créditos esperadas: As controladas da Companhia estimam suas perdas de crédito esperadas considerando a probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis. Em 2024 a Companhia revisitou seus critérios prospectivos de avaliação dos seus créditos e aprimorou as estimativas utilizadas na avaliação de suas perdas, o que acarretou um aumento dos montantes provisionados no exercício. Perda estimada para glosas de convênios: A perda estimada para glosas de convênios é realizada com base em

As principais informações sobre a participação no patrimônio líquido nas empresas controladas são apresentadas da seguinte maneira:

31/12/2024		31/12/2023	
Cura	100%	503.426	369.049
Mérya	13,31%	110.299	1

31/12/2023		31/12/2023	
Cura	100%	473.273	326.549
Mérya	13,31%	113.477	11.060

Refuá Participações S.A.

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Reapresentado		Reapresentado	
Original	Ajuste	Original	Ajuste
(não auditado)		(não auditado)	
Obrigações trabalhistas e sociais			
Tributos a recolher	–	–	(2.107)
Provisão para contingências	–	–	132
Parcelamento de impostos	–	–	(3.947)
Conta corrente com empresas ligadas	129	–	(2.385)
Outras contas a pagar	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	127	–	3.190
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(63)	–	(2.918)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do imobilizado e intangível	–	–	(14.557)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	–	–	(54.141)
Aumento de capital em investida	(72.697)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(72.697)	–	(68.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	164.401
Empréstimos liquidados	–	–	(178.538)
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.697	–	72.697
Pagamento dos arrendamentos	–	–	(16.032)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	72.697	–	42.528
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)
Caixa e equivalentes do início do exercício	68	–	68
Caixa e equivalentes do final do exercício	5	–	5
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)

análises de perdas históricas, sendo adotado um percentual sobre o faturamento contra os convênios. Essa estimativa é revisada pela Companhia e suas controladas a cada data de demonstração financeira. Em 2024 a Companhia revisitou seus critérios prospectivos de avaliação dos seus créditos e aprimorou as estimativas utilizadas na avaliação de suas perdas, o que acarretou um aumento dos montantes provisionados no exercício. As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

Perda estimada para glosas e perdas de créditos esperadas		Saldo contábil líquido	
Saldo contábil bruto	glosas e perdas de créditos esperadas	Saldo contábil bruto	Saldo contábil líquido
A vencer	37.297	(759)	36.538
Vencidos de 1 até 90 dias	13.395	(653)	12.742
Vencidos entre 91 e 180 dias	5.095	(855)	4.240
Vencidos entre 181 e 360 dias	10.007	(10.007)	–
Acima de 361 dias	29.597	(29.597)	–
	95.391	(41.871)	53.520

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e glosas de convênios constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 31/12/2022 (16.381)

(+) Reversão de provisão por perda efetiva 2.396

(-) Complemento de perda estimada (6.549)

Saldo em 31/12/2023 (20.534)

(+) Reversão de provisão por perda efetiva 204

(-) Complemento de perda estimada (21.541)

Saldo em 31/12/2024 (41.871)

9. Estoques – consolidado

31/12/2024		31/12/2023	
Material médico-hospitalar e medicamentos	3.924	3.047	
Material gráfico	348	558	
Outros estoques	262	4.534	

10. Tributos a recuperar – consolidado

31/12/2024		31/12/2023	
IRPJ a compensar (i)	2.079	2.226	
CSLL a compensar (i)	1.589	2.502	
Outros créditos tributários	476	940	
	4.144	5.668	

(i) Trata-se de antecipações e saldos credores de exercícios anteriores. As controladas da Companhia utilizam os créditos mediante a formalização de declarações de compensações.

11. Investimentos – controladora – a. Composição do saldo

31/12/2024		31/12/2023	
Cura	134.377	146.724	
Mérya	14.681	13.632	
Total	149.058	160.356	

Agio e intangíveis identificados em combinação de negócios

31/12/2024		31/12/2023	
Grupo Cura	89.773	90.351	
Grupo Mérya	30.545	31.559	
Total	120.318	121.910	
Total dos investimentos	269.376	282.266	

Continuação

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Reapresentado		Reapresentado	
Original	Ajuste	Original	Ajuste
(não auditado)		(não auditado)	
Obrigações trabalhistas e sociais			
Tributos a recolher	–	–	(2.107)
Provisão para contingências	–	–	132
Parcelamento de impostos	–	–	(3.947)
Conta corrente com empresas ligadas	129	–	(2.385)
Outras contas a pagar	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	127	–	3.190
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(63)	–	(2.918)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do imobilizado e intangível	–	–	(14.557)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	–	–	(54.141)
Aumento de capital em investida	(72.697)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(72.697)	–	(68.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	164.401
Empréstimos liquidados	–	–	(178.538)
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.697	–	72.697
Pagamento dos arrendamentos	–	–	(16.032)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	72.697	–	42.528
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)
Caixa e equivalentes do início do exercício	68	–	68
Caixa e equivalentes do final do exercício	5	–	5
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)

b. Mapa de movimentação

Descrição	Carteira de clientes		Cláusula de não competição		Softwares	Total
	Agio	Marca	Agio	Marca		
Saldo Líquido em 31/12/2022	292.196	119.591	9.144	8.716	985	430.362
Adições	–	–	–	–	9.666	9.666
Amortizações	–	(11.850)	(349)	(3.200)	(268)	(15.667)
Saldo Líquido em 31/12/2023	292.196	107.741	8.795	5.516	10.383	424.361
Adições	–	–	–	–	3.225	3.225
Amortizações	–	(11.712)	(349)	(3.200)	(1.433)	(16.694)
Saldo Líquido em 31/12/2024	292.196	96.029	8.446	2.316	12.175	411.162

c. Análise de impairment do agio: Para fins de análise de impairment, foi entendido que o Cura Grupo, o qual é controlado pela Refuá, possui uma única unidade geradora de caixa: Medicina Diagnóstica. Esse entendimento leva em consideração que o Cura Grupo possui um modelo de gestão integrado e consolidado, onde todas as tomadas de decisões estratégicas são efetuadas considerando as informações do Grupo. Adicionalmente a administração entende que existe um segmento operacional único e todas as análises estratégicas são feitas com base nos ativos trabalhando em conjunto dentro deste segmento. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi efetuado teste de recuperação considerando os fluxos de caixa descontados do Grupo Cura, resultando no retorno econômico sobre os ágios, em linha com o Pronunciamento Técnico – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos, em que é exigido o teste pelo menos uma vez a cada exercício. O processo de estimativa do valor em uso considera premissas de projeções de receitas, custos e despesas e envolve a utilização de julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e suas controladas. O teste de impairment não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas. A Companhia utilizou as seguintes premissas para projeção de fluxo de caixa: • Período de dez anos (tempo médio esperado para maturação da operação, considerando o segmento de saúde) acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa, descontado ao valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital - WACC) de 13,37% (15,14% em 2023). • Crescimento do volume baseado em indicadores históricos e de mercado e projeções de inflação baseadas em projeções macroeconômicas. • Despesas e custos projetados considerando indicadores macroeconômicos e variação em relação a receita. Adicionalmente, levou-se em consideração diluição de custos relacionados a melhoria de ocupação da capacidade instalada e ganhos de sinergia. d. Relacionamento de clientes: Refere-se a carteira de clientes adquiridas em combinação de negócios. Para fins de mensuração de ativo intangível, foi considerado o fluxo de caixa descontado contendo as receitas e despesas atreladas à carteira de clientes (basicamente convênios de saúde) existentes nas datas das combinações de negócios. A vida útil estimada pela Companhia para as carteiras de clientes varia entre 12 e 14 anos. e. Marcas: Refere-se a marcas adquiridas em combinação de negócios que foram mensuradas ao valor justo. A vida útil esperada pela Companhia para marcas é de 30 anos. f. Acordo de não competição: Refere-se a cláusula contratual firmada em combinação de negócios. A eventual violação dessa cláusula resulta em multas compensatórias. Este é um ativo intangível pois forma proteção para os compradores sobre o não retorno dos vendedores ao mercado de atuação. O prazo de amortização varia de 3 a 5 anos. g. Software: Refere-se basicamente aos gastos efetuados na aquisição e implantação de um novo software para o Grupo, o qual são amortizados pelo prazo de 5 anos.

15. Obrigações trabalhistas e sociais – consolidado

Consolidado	
31/12/2024 31/12/2023	
Provisão de férias	7.023 7.547
Bônus a pagar	2.255 2.000
INSS a recolher	2.235 2.394
Salários a pagar	3.011 –
FGTS a recolher	496 563
Outros	44 93
	15.064 12.597

Continuação

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Reapresentado		Reapresentado	
Original	Ajuste	Original	Ajuste
(não auditado)		(não auditado)	
Obrigações trabalhistas e sociais			
Tributos a recolher	–	–	(2.107)
Provisão para contingências	–	–	132
Parcelamento de impostos	–	–	(3.947)
Conta corrente com empresas ligadas	129	–	(2.385)
Outras contas a pagar	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	127	–	3.190
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(63)	–	(2.918)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do imobilizado e intangível	–	–	(14.557)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	–	–	(54.141)
Aumento de capital em investida	(72.697)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(72.697)	–	(68.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	164.401
Empréstimos liquidados	–	–	(178.538)
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.697	–	72.697
Pagamento dos arrendamentos	–	–	(16.032)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	72.697	–	42.528
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)
Caixa e equivalentes do início do exercício	68	–	68
Caixa e equivalentes do final do exercício	5	–	5
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)

As principais informações sobre a participação no patrimônio líquido nas empresas controladas são apresentadas da seguinte maneira:

31/12/2024		31/12/2023	
Cura	100%	503.426	369.049
Mérya	13,31%	110.299	1

31/12/2023		31/12/2023	
Cura	100%	473.273	326.549
Mérya	13,31%	113.477	11.060

Continuação

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Reapresentado		Reapresentado	
Original	Ajuste	Original	Ajuste
(não auditado)		(não auditado)	
Obrigações trabalhistas e sociais			
Tributos a recolher	–	–	(2.107)
Provisão para contingências	–	–	132
Parcelamento de impostos	–	–	(3.947)
Conta corrente com empresas ligadas	129	–	(2.385)
Outras contas a pagar	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	127	–	3.190
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(63)	–	(2.918)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do imobilizado e intangível	–	–	(14.557)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	–	–	(54.141)
Aumento de capital em investida	(72.697)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(72.697)	–	(68.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	164.401
Empréstimos liquidados	–	–	(178.538)
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.697	–	72.697
Pagamento dos arrendamentos	–	–	(16.032)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	72.697	–	42.528
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)
Caixa e equivalentes do início do exercício	68	–	68
Caixa e equivalentes do final do exercício	5	–	5
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures – consolidado

Consolidado	
31/12/2024 31/12/2023	
Provisão de férias	7.023 7.547
Bônus a pagar	2.255 2.000
INSS a recolher	2.235 2.394
Salários a pagar	3.011 –
FGTS a recolher	496 563
Outros	44 93
	15.064 12.597

Continuação

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Reapresentado		Reapresentado	
Original	Ajuste	Original	Ajuste
(não auditado)		(não auditado)	
Obrigações trabalhistas e sociais			
Tributos a recolher	–	–	(2.107)
Provisão para contingências	–	–	132
Parcelamento de impostos	–	–	(3.947)
Conta corrente com empresas ligadas	129	–	(2.385)
Outras contas a pagar	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	127	–	3.190
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(63)	–	(2.918)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do imobilizado e intangível	–	–	(14.557)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	–	–	(54.141)
Aumento de capital em investida	(72.697)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(72.697)	–	(68.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	164.401
Empréstimos liquidados	–	–	(178.538)
Adiantamento para futuro aumento de capital	72.697	–	72.697
Pagamento dos arrendamentos	–	–	(16.032)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	72.697	–	42.528
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)
Caixa e equivalentes do início do exercício	68	–	68
Caixa e equivalentes do final do exercício	5	–	5
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63)	–	(63)

17. Depreciação e amortização

31/12/2024		31/12/2023	
Cura	100%	503.426	369.049
Mérya	13,31%	110.299	1

31/12/2023		31/12/2023	
Cura	100%	473.273	326.549
Mérya	13,31%	113.477	11.060

Continuação

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora		Consolidado	
31/12/2023		31/12/2023	
Reapresentado		Reapresentado	
Original	Ajuste	Original	Ajuste
(não auditado)		(não auditado)	
Obrigações trabalhistas e sociais			
Tributos a recolher	–	–	(2.107)
Provisão para contingências	–	–	132
Parcelamento de impostos	–	–	(3.947)
Conta corrente com empresas ligadas	129	–	(2.385)
Outras contas a pagar	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	127	–	3.190
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(63)	–	(2.918)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do imobilizado e intangível	–	–	(14.557)
Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	–	–	(54.141)
Aumento de capital em investida	(72.697)	–	–
Caixa líquido (aplicado			

continua ..

... continuação

mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O risco ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas é o risco de taxa de juros. **b. Risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas possuem empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional subordinados a taxa de juros vinculadas a indexadores como a CDI. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas não possuem contratos derivativos para fazer cobertura para esse tipo de risco, pois gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos remunerados por juros da Companhia e suas controladas era o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	16.025	12.136
Passivos financeiros		
Compromisso a pagar	–	1.383
Empréstimos e financiamentos	264.411	234.211

c. Risco de sensibilidade de taxa de juros: Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros: A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros prefixada ou pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final da data-base não impactaria o resultado da Companhia. Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros teria reduzido o patrimônio líquido em R\$ 72 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 108). Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros teria aumentado o patrimônio líquido em R\$ 61 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 116). A análise pressupõe que todas as outras variáveis, permaneceriam constantes. **d. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco na qual a Companhia e suas controladas poderão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Financeira que é responsável por monitorar as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia e suas controladas, para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Conforme descrito na nota explicativa 1, atualmente a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, não obstante que se necessário contará com o aporte financeiro de sua controladora. O quadro a seguir analisa o passivo e instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

	Consolidado				
	Valor contábil	Valor a desembolsar a 1 ano	Inferior a 1 ano e 3 anos	Entre 2 e 3 anos	A partir de 4 anos
Em 31 de dezembro de 2024	264.411	344.770	111.942	157.632	75.196
Empréstimos e financiamentos	48.750	59.734	17.622	24.009	18.103
Passivo de arrendamento	25.755	25.755	25.755	–	–
Fornecedores	–	–	–	–	–

e. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. **f. Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023																																			
Caixa e equivalentes de caixa (i)	16.025	12.136	12.136																																			
Contas a receber (ii)	53.520	57.313	57.313																																			
(i) Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados a operações que mantêm em instituições financeiras representados por depósitos bancários e aplicações financeiras. A Administração considera esse risco baixo, pois as operações são realizadas em bancos de primeira linha e existem políticas de tesouraria com limites específicos de alocação de recursos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas detinham saldo consolidado de "Caixa e equivalentes de caixa" no montante de R\$ 16.025 (31 de dezembro de 2023 – R\$12.136). (ii) Contas a receber: A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais, que é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No caso de constatação de risco iminente de não realização desses ativos, a Companhia e suas controladas registram provisões para garantir o seu valor provável de realização. Atualmente, não há concentração substancial da receita com alguma operadora de saúde. 30.2. Classificação contábil e valores justos: Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas esteja próximo aos seus valores contábeis. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. <table><thead><tr><th></th><th>Valor contábil e Valor justo</th></tr><tr><th></th><th>Valor justo por meio do resultado</th><th>Custo amortizado</th><th>Total</th></tr></thead><tbody><tr><td>Em 31 de dezembro de 2024</td><td>16.025</td><td>53.520</td><td>16.025</td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>–</td><td>53.520</td><td>53.520</td></tr><tr><td>Contas a receber</td><td>16.025</td><td>–</td><td>69.545</td></tr><tr><td>Ativos financeiros</td><td>–</td><td>25.755</td><td>25.755</td></tr><tr><td>Fornecedores</td><td>–</td><td>48.750</td><td>48.750</td></tr><tr><td>Passivo de arrendamento</td><td>–</td><td>264.411</td><td>264.411</td></tr><tr><td>Empréstimos e financiamentos</td><td>–</td><td>338.916</td><td>338.916</td></tr><tr><td>Passivos financeiros</td><td>–</td><td>–</td><td>–</td></tr></tbody></table> <p>31. Cobertura de seguros – A Companhia e suas controladas adotam política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base na ponderação máxima de risco, não é política da Companhia manter seguros na modalidade lucros cessantes, uma vez que há uma ampla disposição geográfica de suas plantas, e as operações podem ser remanejadas, no caso de uma eventual necessidade. As apólices possuem cobertura para edificações e instalações, estoques, veículos, garantia de responsabilidade civil dos diretores e lucros cessantes. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.</p>		Valor contábil e Valor justo		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Em 31 de dezembro de 2024	16.025	53.520	16.025	Caixa e equivalentes de caixa	–	53.520	53.520	Contas a receber	16.025	–	69.545	Ativos financeiros	–	25.755	25.755	Fornecedores	–	48.750	48.750	Passivo de arrendamento	–	264.411	264.411	Empréstimos e financiamentos	–	338.916	338.916	Passivos financeiros	–	–	–
	Valor contábil e Valor justo																																					
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total																																			
Em 31 de dezembro de 2024	16.025	53.520	16.025																																			
Caixa e equivalentes de caixa	–	53.520	53.520																																			
Contas a receber	16.025	–	69.545																																			
Ativos financeiros	–	25.755	25.755																																			
Fornecedores	–	48.750	48.750																																			
Passivo de arrendamento	–	264.411	264.411																																			
Empréstimos e financiamentos	–	338.916	338.916																																			
Passivos financeiros	–	–	–																																			

Juliano Estopilha Rolim	Rodrigo Fernando Thadeu Burgos de Sousa	Jéssica Passos Souza Andrade
Diretor Presidente	Diretor Financeiro	Contador – CRC SP-331015/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomados em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de agosto de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP - 014.428/O-6
Wagner Bottino
Contador CRC 1SP 196.907/O-7

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/10/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Private Equity Holding VII – Delta S.A.

CNPJ nº 46.265.635/0001-11 - NIRE 35.300.592.409

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2025

1. Data, horário e local: Em 29 de setembro de 2025, às 10h00, na sede social da **Private Equity Holding VII – Delta S.A.** (“Companhia”), na cidade e estado de São Paulo, na Rua do Rocio, nº 220, Edif. Atrium I, 9º andar, conj. 92 - Parte, Vila Olímpia, CEP 04.552-903. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), em decorrência de estarem presentes o acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Marcos de Mello Mattos Haaland**, e secretariados pelo Sr. **Leonardo Tachard Araujo**. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre **(i)** o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 264.299.526,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e seis), mediante a emissão de 264.299.526 (duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentas e noventa e nove mil, quinhentas e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletida a alteração aprovada no item “f” acima; e **(iii)** a autorização para a administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para efetivar o quanto deliberado na presente Assembleia Geral Extraordinária (“*Assembleia*”). **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, o acionista deliberou, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o quanto segue: **5.1. Consignar** que o capital social da Companhia se encontra, na presente data, totalmente integralizado em moeda corrente nacional. **5.2. Aprovar** o aumento do capital social da Companhia, **dos atuais** R\$ 374.692.986,00 (trezentos e setenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais) **para** R\$ 638.992.512,00 (seiscentos e trinta e oito milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e doze reais), totalizando um aumento de R\$ 264.299.526,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e seis), mediante a emissão de 264.299.526 (duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentas e noventa e nove mil, quinhentas e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo iguais às já existentes, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º da Lei das S.A. As ações ora emitidas são totalmente subscritas pelo acionista **Pátria Sementes Fundo de Investimento em Participações**, fundo de investimento em participações, constituído e existente de acordo com as leis do Brasil, inscrito no CNPJ sob o n.º 61.857.656/0001-10, ora ingressante no capital social da Companhia (“**Pátria Sementes FIP**”), e serão totalmente integralizadas pelo **Pátria Sementes FIP** em moeda corrente nacional, nos termos do Boletim de Subscrição que consta como **Anexo I** a esta ata. **5.3. Aprovar** a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a contemplar a aprovação do aumento de capital social da Companhia deliberado no **Item 5.2** acima, que passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 638.992.512,00 (seiscentos e trinta e oito milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e doze reais) dividido em 638.992.512 (seiscentos e trinta e oito milhões, novecentas e noventa e duas mil, quinhentas e doze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.” **5.4. Aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a deliberação acima tomada, o qual passa a vigorar com a nova redação consolidada constante do **Anexo II** à presente ata. **5.5. Autorizar** os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários, para fins de implementar o quanto aprovado na presente Assembleia. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a presente Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata em livro próprio, na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes via plataforma DocuSign. Os membros da mesa e o único acionista da Companhia presentes reconhecem e concordam com a assinatura por meio da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. São Paulo/SP, 29 de setembro de 2025. **Mesa:** Marcos de Mello Mattos Haaland, Presidente; Leonardo Tachard Araujo, Secretário. **Acionista Presente:** **Pátria Sementes Fundo de Investimento em Participações**, (*representados por: BRL Trust Investimentos Ltda.*). Ernane Divino dos Santos Alves, Diretor e Luiz Carlos Nimi, Diretor. JUCESP nº 334.014/25-6 em 08/10/2025. Marina Ceturion Dardani - Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado. Capítulo I. Denominação, Sede Social, Objeto Social e Duração. Artigo 1º.** A **Private Equity Holding VII – Delta S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“*Lei das Sociedades por Ações*”) (“*Companhia*”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e fora de capital em São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Rocio, nº 220, Edifício Atrium I, 9º andar, conjunto 92 – Parte, Vila Olímpia, CEP 04.552-903. **Parágrafo Único.** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir, alterar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações, dependências e outros estabelecimentos, em qualquer localidade, no território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) atividades de pós-colheita; (ii) cultivo de soja; (iii) produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto; (iv) produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto; (v) comércio atacadista de soja; (vi) comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramíneas; (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; (viii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente; (ix) comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados; (x) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (xi) comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários; (xii) testes e análises técnicas; (xiii) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias; (xiv) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (xv) envasamento e empacotamento sob contrato; e (xvi) a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 638.992.512,00 (seiscentos e trinta e oito milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e doze reais) dividido em 638.992.512 (seiscentos e trinta e oito milhões, novecentas e noventa e duas mil, quinhentas e doze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo 2º.** As ações da Companhia poderão ser conversíveis de uma espécie em outra, desde que mediante aprovação dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Parágrafo 3º.** Por deliberação de acionistas titulares de ações que representem a maioria do capital social da Companhia, poderão ser criadas ações preferências nominativas, com as preferências e vantagens que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral que aprovar sua emissão. **Parágrafo 4º.** A Companhia é vedada a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III. Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a legislação aplicável assim exigirem, mediante convocação pelo presidente do Conselho de Administração, na forma da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei das Sociedades por Ações com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. **Parágrafo 2º.** Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais previstas neste Artigo 6º, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 3º.** As Assembleias Gerais deverão ocorrer na sede social da Companhia durante horário comercial, a menos que de outra forma acordado por todos os acionistas, e somente serão consideradas validamente instaladas (a) em primeira convocação, com a presença da totalidade dos acionistas; e (b) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Parágrafo 4º.** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por quem este vier a indicar. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração e, caso este não tenha indicado pessoa para substituí-lo ou se a referida pessoa estiver ausente, os acionistas presentes na Assembleia Geral indicarão, por maioria de votos, o presidente da respectiva Assembleia Geral. Em qualquer caso, o presidente da Assembleia Geral deverá nomear um dos presentes para atuar na qualidade de secretário de mesa, sendo que esta será responsável por anotar as discussões e deliberações tomadas em atas. **Artigo 7º.** Exceto se maior quórum for estabelecido em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas pelo voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações representativas da capital social votante da Companhia que estejam presentes à Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Sem prejuízo de outras matérias previstas em lei e neste Estatuto Social, caberá à Assembleia Geral a deliberação sobre as seguintes matérias: (i) alteração de qualquer dos artigos do Estatuto Social, exceto por aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado; (ii) aumento ou redução do capital social, exceto por aumento de capital dentro do limite do capital autorizado; (iii) alteração no objeto social; (iv) emissão, pela Companhia, de debêntures, conversíveis ou não em ações, e bônus de subscrição, desde que, com relação aos bônus de subscrição, a emissão seja feita dentro do limite do capital autorizado; (v) deliberação para a liquidação ou dissolução da Companhia; (vi) fixação da verba global para a remuneração dos administradores relativa ao exercício em questão; (vii) transformação, cisão, incorporação e fusão da Companhia; (viii) destinação dos lucros, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio; (ix) criação de reservas de capital, exceto as obrigatórias; (x) eleição dos membros do Conselho de Administração; e (xi) eleição dos membros do Conselho Fiscal, quando necessário ou conveniente, e a fixação de sua remuneração. **Capítulo IV. Administração. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo 1º.** Os administradores são investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrado no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, conforme o caso, prestando as informações exigidas por lei, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, nos termos do artigo 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será automaticamente prorrogado até a posse de seus substitutos, nos termos do artigo 150, §4º da Lei das Sociedades por Ações. **Conselho de Administração. Artigo 9º.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, pessoas físicas, residentes ou não no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

dos quais um será nomeado o Presidente. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho de Administração serão eleitos para mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A eleição, destituição e substituição dos membros do Conselho de Administração deverão observar as disposições legais e deste Estatuto Social. **Parágrafo 2º.** Na hipótese de impedimento permanente, renúncia ou destituição de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, um novo conselheiro deverá ser eleito pela Assembleia Geral a ser especialmente convocada para esse fim. **Parágrafo 3º.** Em caso de vacância temporária de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, o conselheiro ausente indicará seu substituto dentre os demais membros do Conselho de Administração para representá-lo na reunião, observado o artigo 10, §2º abaixo, devendo o instrumento de procuração e a orientação de voto serem encaminhados ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes de sua instalação. **Artigo 10º.** O Conselho de Administração realizará reuniões sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho, via correio eletrônico (*e-mail*) com confirmação de recebimento, carta registrada ou carta entregue em mãos. As reuniões deverão ser convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em primeira convocação, e 2 (dois) dias em segunda convocação, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá, individualmente, solicitar ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de reunião extraordinária, devendo este fazê-la no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data de entrega da solicitação por escrito, a qual deverá relacionar os assuntos a serem tratados na referida reunião. **Parágrafo 1º.** Será dispensada a convocação de que trata o *caput* deste artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração. A respectiva ata deverá ser lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, devendo ser assinada por todos os membros que participaram da reunião. **Parágrafo 2º.** Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que: (a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação; (b) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação, via correio eletrônico (*e-mail*) com confirmação de recebimento, carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. **Parágrafo 3º.** O quórum de instalação de reunião do Conselho de Administração em primeira convocação requer a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos conselheiros e, em segunda convocação, com qualquer número. **Parágrafo 4º.** A reunião do Conselho de Administração será presidida sempre por seu Presidente, ou, na ausência deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da reunião. **Parágrafo 5º.** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas mediante o voto favorável da maioria dos seus membros, e serão registradas em ata, em livro próprio, pelo secretário da reunião. **Parágrafo 6º.** Além de outras matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, compete privativamente ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos negócios sociais e aprovação e/ou alteração do Plano anual, o qual deverá conter o orçamento e os detalhes dos objetivos e das estratégias de negócios para o período (“Plano Anual”); (ii) analisar e aprovar as metas da Companhia estabelecidas no Plano Anual, bem como monitorar seu cumprimento e os resultados a serem alcançados pelos membros da Diretoria; (iii) eleger, destituir e substituir qualquer um dos membros da Diretoria da Companhia, bem como a fixação das atribuições específicas dos Diretores, observadas as demais disposições deste Estatuto Social; (iv) aprovar a remuneração individual dos administradores, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, incluindo pagamento bônus, observado o limite global de remuneração da administração estabelecido pela Assembleia Geral; (v) aprovar planos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), bem como estabelecer critérios para remuneração e políticas de benefícios dos administradores e colaboradores da Companhia; (vi) deliberar sobre qualquer proposta para transformação, cisão, incorporação ou fusão da Companhia; (vii) deliberar sobre a aquisição e a alienação de participação em qualquer outra sociedade ou empreendimento, ou a constituição de subsidiária integral ou controladas; (viii) deliberar sobre a outorga de opção de subscrição ou compra de ações de emissão da Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral; (ix) recomendar à Assembleia Geral da Companhia sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; (x) fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; (xi) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; (xii) deliberar sobre qualquer aquisição, alienação, construção ou reforma de bens imóveis de propriedade ou detidos pela Companhia; (xiii) autorizar o requerimento de recuperação judicial ou autofalência da Companhia; (xiv) aprovar a criação de gravames sobre os bens móveis da Companhia, ou a outorga de garantias, cujo valor seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para cada operação individualmente ou no conjunto de operações realizadas dentro do período de 1 (um) ano; (xv) aprovar a prática de quaisquer atos, incluindo a celebração de quaisquer acordos ou contratos, pela Companhia ou qualquer sociedade controlada pela Companhia, que envolva valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo penalidades eventualmente previstas, para cada operação individualmente ou no conjunto de operações realizadas dentro do período de 1 (um) ano, que não tenha sido objeto do Plano Anual ou orçamento anual do correspondente exercício social; (xvi) aprovar, para a Companhia e/ou qualquer sociedade controlada, a proposição ou a celebração de qualquer acordo em mediação judicial ou administrativa que envolva (a) valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para cada acordo individualmente ou no conjunto de acordos realizados dentro do período de 1 (um) ano, exceto se previsto no Plano Anual; ou (b) que possa ter impacto negativo nas atividades da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer ações relacionadas às seguintes matérias: meio ambiente; legislação anticorrupção; lavagem de dinheiro; sanções; leis, estatutos, decretos, regras ou regulamentos anti-escravidão, trabalho infantil ou antidiscriminação; (xvii) aprovar o ato, regulação, parcelamento ou reassocelamento de quaisquer despesas tributárias ou previdenciárias, inclusive a entrada em programas extraordinários de liquidação de débitos tributários ou previdenciários aprovados pela administração federal, estadual ou municipal; (xviii) aprovar a antecipação de receitas ou a securitização de recebíveis da Companhia, sob qualquer forma; (xix) aprovar a prorrogação ou renegociação de dívidas da Companhia, cujo valor envolvido seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em única operação ou uma série de operação coletivamente; (xx) escolher, contratar e destituir empresa de auditoria externa devidamente registrada na CVM, que deverá ser uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria (i.e., Deloitte, KPMG, PwC ou Ernst & Young), responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, bem como a convocação da auditoria externa para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; (xxi) a celebração de contrato ou compromisso para aquisição e/ou alienação de ativos estranhos às atividades da Companhia e/ou de sociedades por ela controladas, e/ou a realização de operações que estejam foram do curso normal dos negócios da Companhia; (xxii) a celebração, alteração ou rescisão de contratos ou acordos, bem como a contratação de transações de qualquer natureza, entre a Companhia ou por qualquer sociedade controlada e Partes Relacionadas, acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e/ou qualquer situação envolvendo potencial conflito de interesses; (xxiii) aprovar operações ou contratações de contratos de derivativos (hedge e outros) a serem realizadas pela Companhia, sendo vedado qualquer contrato de derivativo com natureza especulativa ou ainda que não se enquadre na política financeira da Companhia, se houver; (xxiv) deliberar e determinar o voto da Companhia em qualquer reunião ou assembleia de qualquer sociedade na qual a Companhia detenha participação direta, incluindo com relação a todas as matérias listadas neste Parágrafo 6º; (xxv) aprovar as políticas e códigos da Companhia, inclusive políticas antissuborno, anticorrupção e/ou de Compliance da Companhia, incluindo quaisquer alterações ao Programa de Integridade; e (xxvi) aprovar o planejamento estratégico da Companhia de forma a promover os aspectos ASG (Ambiental, Social e Governança). **Parágrafo 7º.** Os valores previstos no Parágrafo 6º acima serão ajustados anualmente, no início de cada exercício social com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorrida no exercício anterior ou, na sua falta, por outro índice que venha a substituí-lo. **Parágrafo 8º.** Para fins do presente Estatuto Social, a expressão “Partes Relacionadas” significará, com relação à Companhia ou a seus acionistas, qualquer de suas Afiliadas e, ainda, conforme aplicável, (a) em relação às pessoas físicas, os ascendentes e descendentes, o cônjuge, o companheiro em união estável e colaterais até o 3º (terceiro) grau; (b) em relação a pessoas físicas ou jurídicas, as pessoas jurídicas da qual a referida pessoa participe com 10% (dez por cento) ou mais do respectivo capital total; e (c) os empregados, gerentes, administradores, consultores, prestadores de serviços ou similar, exceto prestadores de serviços independentes, das pessoas referidas nos itens (a) e (b) acima. **Parágrafo 9º.** Para fins do presente Estatuto Social, a expressão “Afiliadas” significa em relação a qualquer pessoa jurídica, qualquer outra pessoa que, direta ou indiretamente: (a) detenha o Controle sobre tal pessoa; (b) seja Controlada, direta ou indiretamente, por tal pessoa; ou (c) esteja sob Controle comum com tal pessoa, tendo “Controle” o significado a ele atribuído no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. **Diretoria. Artigo 11º.** A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, pessoas físicas, residentes e domiciliados no País, acionistas ou não, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Planejamento Estratégico e 1 (um) Diretor Sem Designação Específica. **Parágrafo 1º.** Os Diretores serão eleitos para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º.** Em caso de morte, renúncia ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de cargo da Diretoria, deverá ser imediatamente convocada Reunião do Conselho de Administração para eleição do Diretor substituto, que completará o prazo de gestão do Diretor substituído. **Artigo 12º.** A Diretoria é responsável pela administração dos negócios da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 13º.** Como órgão executivo e de representação da Companhia, competirá à Diretoria a gestão corrente dos negócios sociais, observado o disposto na lei e neste Estatuto Social. Adicionalmente, caberá à Diretoria representar a

Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social da Companhia, competência que será sempre exercida mediante a assinatura: (i) de 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro; (ii) de 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador constituído pela Companhia nos termos do Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) por um único procurador constituído pela Companhia nos termos do Parágrafo 1º abaixo, desde que mediante procuração outorgada com poderes específicos para o ato em questão. **Parágrafo 1º.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro. As procurações deverão especificar os poderes conferidos a cada uma, com exceção daquelas para fins judiciais e para representação perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, terão um período de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano. **Parágrafo 2º.** Poderá contar com a assinatura de apenas um dos Diretores da Companhia: (i) os requerimentos, formulários e documentos afins destinados única e exclusivamente para repartições públicas, desde que não acarretem qualquer obrigação para a Companhia; e (ii) os termos que tratem exclusivamente sobre confidencialidade nos quais a Companhia seja parte. **Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia, em casos específicos. **Artigo 14º.** Os atos praticados por qualquer Diretor, procurador ou empregado que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tal como concessão de fiança, aval, endosso ou qualquer outra garantia em favor de terceiros, são expressamente proibidos, nulos e inoperantes perante a Companhia, exceto se prévia e expressamente autorizados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 15º.** O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, instalado a qualquer momento, quando solicitado pelos acionistas detentores de no mínimo 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, e composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 1º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **Capítulo VI. Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos. Artigo 16º.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. **Parágrafo 1º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 2º.** Os acionistas estabelecem que, do lucro líquido apurado em cada exercício será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social. **Artigo 17º.** Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. Todas as ações ordinárias da Companhia participarão em igualdade de condições das distribuições de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio. **Capítulo VII. Dissolução e Liquidação. Artigo 18º.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para todo o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes, de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VIII. Disposições Gerais. Artigo 19º.** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social, deverão ser observados os termos e condições contidos em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Artigo 20º.** Em caso de qualquer conflito, controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência, de qualquer natureza, oriundo ou relacionado, direta ou indiretamente, a este Estatuto Social (“*Conflito*”), envolvendo qualquer dos acionistas, administradores ou a Companhia (“*Partes Envolvidas*”), as Partes Envolvidas enviarão seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade, qualquer das Partes Envolvidas (“*Parte Requerente*”) poderá notificar a outra (“*Parte Requerida*”) de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por este Artigo 20º, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão se reunir para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé (“*Notificação de Conflito*”). Exceto se de outro modo estabelecido neste Estatuto Social, caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução, dentro de um período de 30 (trinta) dias após a entrega da Notificação de Conflito pela Parte Requerida à Parte Requerente, então o Conflito será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“*Câmara*”). **Parágrafo 1º.** Se, dentro do período de 30 (trinta) dias seguintes à entrega da Notificação de Conflito, qualquer das Partes Envolvidas considerar remota a possibilidade de obter uma solução amigável, poderá enviar a outra Parte Envolvida uma notificação encerrando as negociações (“*Notificação de Encerramento das Negociações*”). Decorridas 24 (vinte e quatro) horas da entrega da Notificação de Encerramento das Negociações, então o Conflito será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara. **Parágrafo 2º.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento do protocolo do requerimento da arbitragem (“*Regulamento de Arbitragem*”), de acordo com o disposto na Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada (“*Lei de Arbitragem*”) e com o estipulado a seguir neste Estatuto Social. **Parágrafo 3º.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros (“*Tribunal Arbitral*”). Caberá à Parte Requerente, de um lado, indicar o primeiro árbitro, e à Parte Requerida, de outro, indicar o segundo árbitro. Havendo mais de uma Parte Requerente, todas elas indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de uma Parte Requerida, todas elas indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas dentro do prazo a ser fixado pela Câmara. **Parágrafo 4º.** Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara, de acordo com o Regulamento de Arbitragem. **Parágrafo 5º.** A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades. **Parágrafo 6º.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **Parágrafo 7º.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, estando vedada a utilização da equidade. **Parágrafo 8º.** A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, contados da apresentação das alegações iniciais das Partes Envolvidas ao Tribunal Arbitral, prazo que poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral. **Parágrafo 9º.** A arbitragem será sigilosa e conduzida em caráter confidencial. **Parágrafo 10º.** O Tribunal Arbitral alocará entre as Partes Envolvidas no Conflito, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus respectivos advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consultorias e viagens. **Parágrafo 11º.** As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes Envolvidas e seus sucessores a qualquer título, não cabendo qualquer recurso contra estas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem. O Tribunal Arbitral fica autorizado a proferir sentenças parciais caso entenda necessário. **Parágrafo 12º.** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares de urgência, sendo certo que o eventual requerimento de medida de urgência ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida de urgência deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá se valer do disposto no artigo 22, §4º, da Lei de Arbitragem. O Tribunal Arbitral poderá manter, modificar ou revogar medidas de urgência anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. **Parágrafo 13º.** Para (i) o requerimento de medidas de urgência antes da instalação do Tribunal Arbitral, (ii) execução das decisões da arbitragem, (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem; e (iv) os Conflitos que, por força da legislação brasileira, não puderem ser submetidas a arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando as Partes Envolvidas a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Parágrafo 14º.** O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Estatuto Social, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes fatores: (i) a não disputa possua questões de fato ou de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da não disputa ou da disputa pendente sejam prejudicadas; e (iii) a consolidação na circunstância não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um tribunal arbitral será vinculante às Partes Envolvidas nos procedimentos em questão. **Artigo 21º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pelas disposições legais em vigor, e, no silêncio destas, por decisão da Assembleia Geral da Companhia.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/10/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.
CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

A Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 17/10/2025 às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) consignação da integralização das ações referentes ao aumento de capital social aprovado em 24 de Junho de 2025; e (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. São Paulo, 09 de Outubro de 2025. **Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. (09, 10 e 11.10.2025)**

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



☎ **Contato:** (11) 3361-8833
✉ **Orçamentos:** comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

DATA
MERCANTIL



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/10/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

